

“PROPAGANDA AMERICANA: “A DIPLOMACIA PÚBLICA” E O REGIME PORTUGUÊS”

Olga Maria Oliveira Duarte, Academia Militar, duarte.omo@exercito.pt

DOI: https://doi.org/10.60746/8_17_42483

ABSTRACT

During much of the twentieth century, US policymakers made use of propaganda as a tool to bring international audiences closer to the values of the democratic system, to convince the world of its capacity for international leadership and the fight against Soviet communism, carried out various programs of economic, cultural and scientific cooperation, involving several state and private departments and agencies. This study shows how a common tactic of the US government that consisted in associating the label of "public diplomacy" in support of US foreign policy throughout the world, including in Portugal, influenced foreign public opinion. In this way, we hope to conclude the connection between propaganda, culture, and foreign policy during the Cold War, persuasion being the means used in the service of national security.

Keywords: public diplomacy; propaganda; culture; foreign policy; US-Portugal relations.

RESUMO

Durante grande parte do século XX, os responsáveis pela política norte-americana, fazendo uso da propaganda como uma ferramenta para aproximar as audiências internacionais dos valores do sistema democrático, como forma de convencer o mundo da sua capacidade de liderança internacional e luta contra o comunismo soviético, levaram a cabo vários programas de cooperação económica, cultural e científica, que envolveram vários departamentos e agências estatais e privadas. Este

estudo mostra como uma tática comum do governo norte-americano que consistiu em associar à propaganda o rótulo de “diplomacia pública” de suporte à política externa dos EUA por todo o mundo, inclusive em Portugal, influenciou a opinião pública estrangeira. Desta forma, esperamos tirar conclusões sobre a ligação entre propaganda, cultura e política externa durante a Guerra Fria, sendo a persuasão o meio utilizado, ao serviço da segurança nacional.

Palavras-chave: diplomacia pública; propaganda; cultura; política externa; relações EUA-Portugal.

1. INTRODUÇÃO

O fim da II guerra mundial, em 1945, deu origem a uma nova ordem nas relações internacionais - a URSS e os EUA emergiram como superpotências. A população mundial viu-se confrontada com um mundo bipolar, e com a obrigação de ter de “escolher” entre quem defendia os seus interesses, se a ideologia socialista/comunista da União Soviética, se a ideologia capitalista dos EUA. Ambos os lados combateram uma guerra fria cultural através da rádio, da televisão, da imprensa, propaganda, e outras formas de pressão psicológica. A tática usada pelo governo norte-americano consistiu em disfarçar a sua propaganda de “diplomacia pública” de suporte à política externa dos EUA por todo o mundo, inclusive em Portugal, de modo a convencer o mundo da sua capacidade de liderança internacional, e luta contra o comunismo soviético durante a guerra fria. Embora a guerra psicológica estivesse frequentemente ligada a campanhas agressivas direcionadas para a Europa Oriental, importantes atividades de propaganda dos Estados Unidos aconteceram na Europa Ocidental e, a partir de meados da década de 1950, grande parte da atenção virou-se para países da Ásia, América Latina e África.

Este período foi ainda mais importante para Portugal, na medida em que se tratou de um período de grande mudança política, económica e social com o regime do Estado

Novo. Com o fim da guerra, e com a emergência de um sistema internacional bipolar, a situação de Portugal tinha mudado, pois passava a fazer parte do sistema internacional, e por isso tinha de escolher qual a posição que pretendia ocupar entre as duas potências. Alinhou-se ao polo liderado pelos EUA. Esta decisão, para além de confirmar o carácter anticomunista de Oliveira Salazar, iria também influenciar e alterar a sua política externa e a relação com os Estados Unidos. O regime de Salazar, ao contrário das outras nações, insistia na sua identidade própria e na sua independência contra as forças que representavam a homogeneização e a modernização segundo os modelos capitalistas. Para o governo português, a preservação do seu império ultramarino era de suma importância, um elemento fulcral da política externa de Salazar desde a II guerra mundial, e do qual não estava disposto a abdicar. Do lado oposto, estava Kennedy, eleito presidente dos Estados Unidos em 1961, adepto de uma política de revisão do posicionamento americano em relação à África, de modo a estabelecer a sua influência entre as novas nações africanas nascidas da descolonização europeia.

2. PROPAGANDA: A DIPLOMACIA PÚBLICA NA ESTRATÉGIA SEGUIDA PELOS EUA

Muitos autores diferenciam diplomacia pública de propaganda. Contudo, nem sempre é uma tarefa fácil devido à imprecisão da definição do termo “propaganda”, uma vez que durante a guerra fria, e ainda hoje, o termo “diplomacia pública” tem sido utilizado como o sinónimo mais comum para propaganda. Depois de 1933, o governo nazi adicionou adidos culturais a algumas das suas embaixadas que, com o pretexto da cultura, disseminavam propaganda nazista. Quando os nazis formaram governo, Goebbels chamou o seu ministério de Propagandaministerium (ministério da propaganda), atribuindo a partir deste momento a conotação negativa que o termo acarreta, e que até hoje não foi possível alterar, devido a informações pouco, ou nada credíveis, resultado das atividades suspeitas seguidas pelos estados (Roberts 2007).

A disseminação da propaganda nazi pelo mundo levou alguns países a tomarem iniciativas de caráter cultural para contrapor esse ataque. Os programas das agências de propaganda dos EUA eram responsáveis por todos os programas culturais e educacionais do governo no estrangeiro, como a exibição de filmes e exposições, a realização de espetáculos, a manutenção e desenvolvimento de bibliotecas americanas, ou ainda o intercâmbio de professores e estudantes.

As agências propagandísticas mais importantes de projeção cultural, de informação e de difusão do governo dos Estados Unidos no estrangeiro foram criadas em períodos relacionados com guerra ou ameaça de guerra, como o Creel Committee (CPI) na primeira guerra mundial; o Office of War Information (OWI) e a Voice of America (VOA) na segunda guerra mundial; a Central Intelligence Agency (CIA), a Radio Free Europe (RFE) e a United States Information Agency (USIA) na guerra fria. De acordo com Paulu (1953, 301), foram várias as razões que levaram os Estados Unidos a entrar no desenvolvimento de atividades de propaganda, mas, de um modo geral, faltavam os incentivos que haviam levado os outros países a embarcar neste tipo de atividades, como o fato de não se encontrarem isolados politicamente como a União Soviética após a I guerra mundial, ou não terem qualquer ligação colonial com outros países, como os Países Baixos e a Grã-Bretanha. Mas a preocupação com a política internacional e com o sucesso da campanha de propaganda do eixo contra a América determinaram o começo do envolvimento dos Estados Unidos neste tipo de atividades (Paulu 1953). Neste sentido, e tendo em conta o poder que os meios de comunicação podiam ter na influência da opinião pública, todas as administrações presidenciais dos EUA quiseram tirar vantagem desse fato, tentando manipular a imprensa durante os anos da guerra fria para o programa de propaganda norte-americano.

A partir do final da década de 1940, a projeção dos Estados Unidos no exterior passou a estar ligada à imagem de uma sociedade modelo, geralmente associada à liberdade, à modernidade, ao desenvolvimento tecnológico, ao progresso e aos ideais

democráticos, a que chamaram American Way of Life. Durante o período da guerra fria, o padrão de vida da população dos Estados Unidos caracterizava-se pelo capitalismo, pela democracia, em oposição ao da União Soviética, que representava o socialismo, o autoritarismo. No século XX, esta ideologia de vida espalhou-se pelos quatro cantos do mundo, sendo adotada, incorporada e adaptada pelas mais diferentes culturas. Perante uma Europa recetiva a este modelo de prosperidade e bem-estar, os EUA lançaram-se no negócio da persuasão internacional. Através do entretenimento, do cinema, da rádio, do teatro, da literatura, da música, ou até mesmo de iniciativas educativas, a diplomacia pública norte-americana, disfarçada de propaganda, começava a integrar-se no espaço europeu, a influenciar os outros países de acordo com os seus interesses políticos e económicos.

3. PORTUGAL, SALAZAR E A IDENTIDADE NACIONAL

Em termos de aceitação do modelo americano, as reações foram muito diversas, uma vez que tiveram efeitos não só na organização económica e nas alianças político-militares, mas também na cultura e na sociedade, elementos frequentemente associados à preservação da identidade nacional. No que diz respeito a Portugal, a aceitação foi negativa, pois durante grande parte do período da guerra fria, o país viveu sob o regime ditatorial do Estado Novo, defensor da identidade nacional (nacionalismo), de ideais próprios, com misturas iguais de princípios católicos romanos e fascistas semelhantes ao de Mussolini, que fez de Portugal um país com algumas características únicas relevantes, no contexto de duas guerras mundiais. Em 11 de abril de 1933 nasce a Constituição Política, um diploma extenso de conteúdo ideológico, criado pelo novo chefe do governo português, António de Oliveira Salazar e que marca o fim da ditadura militar e consolida o Estado Novo. Os seus princípios eram: a negação da democracia e dos partidos; um corporativismo atento às mudanças económica e social e o integrismo colonial.

De acordo com Ferreira (2011, 22), para o chefe do governo, a sua política de renovação nacional apenas pretendia defender a religião católica, o passado mítico da história de Portugal, a organização social, em especial a família, e o valor do trabalho, daí que o apoio do povo devia surgir como algo natural, principalmente porque Salazar abdicara de tudo (conforto, carreira académica, família) para se dedicar a reerguer Portugal, a construir a sua identidade. Salazar, fiel ao princípio do *divide et imperat*, e enquanto chefe do governo, teve sempre como interesse prioritário manter a estabilidade interna do regime evitando, por isso, concentrações de poder no interior do estado que pusessem em causa a sua governação. Conseguindo a pouco e pouco tornar-se no líder do povo português, ao afirmar-se como um homem simples, Salazar pretendia mudar o país e renovar a consciência dos portugueses para um forte sentido patriótico com base na nação, na família e na defesa de ideais conservadores, através da igreja católica. A sociedade portuguesa, segundo o modelo salazarista era, por isso, uma sociedade educada segundo o cristianismo (Deus), o nacionalismo (Pátria) e o corporativismo (Família).

A sua política de renovação nacional ambicionava modificar o modo de pensar e ser da sociedade portuguesa, recuperando a sua "verdadeira" essência, assente numa forte socialização tradicionalista, através de um modelo de integração social baseado nos valores e ideais do regime. Para o chefe do governo o povo, estava destinado a ser o objeto da política do Estado Novo, nunca sujeito produtor de decisão política, pois precisava de ser doutrinado nos valores da “nova ordem moral”. Uma missão que estava a cargo das elites do regime. As forças armadas e a administração pública foram os maiores fornecedores de ministros, a maioria professores universitários, particularmente de direito, educados no espírito do interesse nacional. Elas saberiam controlar a população e garantir a estabilidade e durabilidade do regime (Peña-Rodrigues 2013). Neste sentido, para o regime era necessário criar um homem renovado e livre dos vícios do liberalismo, do racionalismo e do marxismo e torná-lo respeitador das hierarquias sociais e políticas.

Neste contexto, a identificação da sociedade com a política do seu líder exigiu que as instituições desenvolvessem campanhas de propaganda a favor do Estado Novo e das suas obras de valorização nacional, não só a nível nacional como internacional, através das embaixadas portuguesas e de jornalistas estrangeiros que publicavam artigos favoráveis ao regime, o que levou à criação do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN). Segundo o historiador Rosas (2015, 37), Salazar tinha sentimentos contraditórios em relação à propaganda, já que reconhecia a sua necessidade face à “crise moral das sociedades, à rotura dos automatismos de obediência hierárquica dos países “bem organizados”, por virtude da massificação das políticas”, mas lamentava ser esta a única forma de alcançar a meta do bom governo. O SPN foi fundado em 25 de setembro de 1933, sob a direção do jornalista António Ferro, apesar de não ter o mesmo conceito de tradição e de espírito nacional que Salazar, e cujo objetivo era dar a conhecer a identidade nacional ao mundo, proteger o regime de campanhas de propaganda contrárias à sua política, convencer a sociedade portuguesa da necessidade de implementar e consolidar em Portugal a visão da realidade de Salazar, assim como integrar os princípios ideológicos na base do Estado Novo, na cultura e educação nacionais.

Recorrendo à propaganda, o SPN pretendia desenvolver um clima interno de ressurgimento nacional que alastrasse também para o exterior, pelo que durante a primeira década, o regime fez da política cultural a sua prioridade, com o objetivo de recuperar “a verdadeira cultura portuguesa” enraizada em princípios conservadores e retrógrados (Corkill e Almeida 2009, 381), através da qual a população era encorajada a voltar ao passado, a regressar ao tradicional nacional, e os movimentos culturais eram orientados no sentido de glorificar o regime e Salazar. Assim, e como parte da sua política de renovação cultural, desenvolveu um extenso programa de restauração do património nacional, como bem exemplificou a “Exposição do Mundo Português”, o maior evento cultural do Estado Novo, ocorrido entre junho e dezembro de 1940, onde eram mostrados os símbolos da identidade do

regime, como “Deus, nação, família, trabalho, autoridade, ruralidade (valores tradicionais e vida camponesa), unidade, coesão, reconhecimento internacional, universalismo, império e civilização” (Corkill e Almeida 2009, 382).

Salazar também reconheceu a importância das elites intelectuais internacionais na divulgação da sua ação no exterior, por isso quando recorreu à propaganda teve em conta a situação política europeia, ameaçada por regimes ditatoriais e conflitos armados. Neste contexto, interessava-lhe apresentar Portugal ao exterior, através da cultura, como um exemplo de país ordeiro, coeso e em progresso, resultado da sua ação governativa, da sua missão civilizadora (Ferreira 2011). Independentemente dos meios utilizados para disseminar a propaganda do regime, esta seria sempre para “a difusão de uma ideia integrativa de uma nação coletiva forjada pela união do nacionalismo, do tradicionalismo e do ruralismo, com uma linguagem moderna” (Pinto e Carvalho 2018, 137).

Apesar de António Ferro ser para Salazar a força de que este precisava para valorizar a sua política, nem sempre concordava com a sua visão modernista, já que para Salazar tudo deveria girar em torno da Nação, do tradicional. Uma posição bem patente, por exemplo, na Exposição de Portugal de 1940, que exaltava uma era passada, a era da Fundação do Estado Português (1140) e da Restauração da Independência (1640), em comparação com a New York World Fair, realizada no mesmo ano, mas cuja temática estava direcionada para o futuro e para o progresso. Apesar de ter gerido o país com base numa visão de carácter tradicionalista e católico, tinha consciência da inevitabilidade da modernização, e da ameaça que esta constituía à identidade nacional. O uso da censura e da PIDE - Polícia Internacional Defesa do Estado, permitiam ao regime distorcer a realidade, criando uma nova e falsa perceção da estrutura política e social do país, tendo em conta uma perspetiva profundamente nacionalista, e afastavam a nação de influências estrangeiras. Este medo de uma modernização segundo os modelos capitalistas que imperavam no mundo ocidental, depois da II guerra mundial, contribuiu para o distanciamento de

Portugal em relação aos países ocidentais, assim como dificultou as relações diplomáticas durante anos.

4. AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS: A QUESTÃO COLONIAL

Portugal, sob o governo de António Salazar, permaneceu neutro durante a II guerra mundial, apesar da aliança centenária que tinha com a Grã-Bretanha. No entanto, com o fim da guerra, e com a emergência de um sistema internacional bipolar, a situação de Portugal tinha mudado, pois já não detinha a postura neutral de outrora e sentia-se isolado perante o ressurgimento das democracias europeias. Um período marcado também pelo início da descolonização, e ainda, pela fundação das Nações Unidas. Confrontado com o isolamento que esta mudança na Ordem Internacional o tinha vetado, Salazar apercebe-se que tinha de escolher qual a posição que pretendia ocupar entre as duas potências. Alinhou-se ao polo liderado pelos EUA. Em termos gerais, e antecipando o que será desenvolvido neste subcapítulo, esta decisão, para além de confirmar o caráter anticomunista de Oliveira Salazar, iria também influenciar e alterar a sua política externa e a relação com os Estados Unidos. De acordo com Nuno Severiano Teixeira (2006, 150), Salazar não estava disposto a reconhecer a emergência dos EUA como potência marítima, um estatuto que antes pertencia à Grã-Bretanha, assim como não concordava com o princípio de uns países decidirem sobre outros na Assembleia Geral da ONU, de maneira que não aceitava a imposição à descolonização. Uma situação que determinaria a evolução da política externa portuguesa em relação à segurança atlântica, à reconstrução da Europa e à questão da descolonização.

Neste período o objetivo da política externa do Estado Novo era essencialmente a defesa da independência nacional, por conseguinte os seus princípios eram: evitar envolver-se em conflitos europeus; manter a amizade peninsular; desenvolver as potencialidades das colónias ultramarinas. Destacamos três momentos base das relações entre Portugal e os Estados Unidos, por acharmos que foi a partir deles, e

com eles, que se alterou a política externa de Salazar, e o seu relacionamento com os Estados Unidos: a participação no Plano Marshall, a adesão à North Atlantic Treaty Organization (NATO) e a autorização do uso da base militar das Lajes nos Açores. Como já tivemos oportunidade de referir nos capítulos anteriores, o Plano Marshall foi criado em 1947, para apoiar os países esgotados economicamente após o término da II Guerra Mundial. No entanto, Portugal decidiu prescindir da assistência financeira norte-americana, pois não se coadunava com os princípios da sua política. De acordo com a historiadora Fernanda Rollo (1994, 856), esses princípios colidiam com os pilares base que asseguravam o lançamento deste plano de recuperação económica, isto é: - Que os países europeus, à beira da rutura económica e financeira, não dispunham dos recursos necessários à sua construção; - Que, por isso, necessitavam de um gigantesco auxílio externo, atribuído de uma forma sistemática, que só os EUA se podiam propor disponibilizar; - Que esse auxílio só poderia tornar-se exequível se os próprios países europeus se juntassem e colaborassem na construção de um programa comum para utilização dessa ajuda.

Em 1948 Salazar começa a dar os primeiros passos em direção à internacionalização, e assina um acordo bilateral de cooperação militar com os Estados Unidos e adere à Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE). Contudo, só no ano de 1949, mas agora ciente da necessidade de ajuda económica norte-americana, é que Portugal recorre a esta canalizada através do Plano Marshall. A evolução da política externa de Portugal face a esta mudança no espaço europeu seria marcada por uma dupla posição, ou seja, a presença nas organizações de cooperação económica, mas distanciamento quanto a tudo o que envolvesse integração com democracias. Em 1949, Portugal torna-se membro da North Atlantic Treaty Organization, apesar de não reunir os requisitos propostos, principalmente o fato de ser o único país dos restantes países fundadores com um regime ditatorial, contrariando o espírito democrático na base da organização.

No entanto, para os EUA havia dois aspetos muito fortes que pendiam a favor de Portugal: o fato de, apesar de neutral, estar próximo dos aliados durante a fase final da segunda guerra mundial, e o caráter anticomunista do Estado Novo. Se Salazar tinha tido reservas quanto à necessidade de ajuda do Plano Marshall, a entrada na NATO também não foi uma decisão rápida e fácil de tomar. Salazar não só receava que este tratado representasse uma ameaça às relações que Portugal tinha com Espanha, também ele uma ditadura, como também fosse uma ameaça à integração da Alemanha Ocidental. Acrescente-se também o fato de Salazar acreditar que o governo norte-americano não pretendia reconhecer a importância das colónias para as potências europeias. Apesar de várias discussões, mesmo depois de ver os seus pedidos recusados, e apesar dos fatores que tinha contra si, Portugal tornou-se membro fundador da North Atlantic Treaty Organization em 1949. Seis anos depois, em 1955, Portugal entra para a Organização das Nações Unidas (ONU), fortalecendo deste modo, a sua posição na esfera internacional.

Mas o que beneficiou Portugal com esta adesão? O historiador António Telo (1999, 45-46) apresenta sete razões: (1) Portugal passou a fazer parte do sistema Ocidental Atlântico, deixando de vez a “zona não inserida” da qual fazia parte juntamente com Espanha e respetivas áreas territoriais em África e América Latina; (2) recuperou parcialmente a parceria que tinha com a Grã-Bretanha, parceria essa que se encontrava enfraquecida; (3) deu início a uma aproximação com os Estados Unidos e reconhecimento de Portugal como o interlocutor Ibérico junto dos países que dominavam o Atlântico; (4) introduziu no país as principais técnicas, métodos e formas de organização das sociedades pós-industriais, em todas as esferas da sociedade; (5) permitiu que as Forças Armadas e a estrutura da Defesa se tornassem semelhantes às das democracias ocidentais, sem nunca perder a sua originalidade base; (6) modificou a política de defesa e militar do país em 1949-59; (7) e facilitou a passagem do país de um regime para uma democracia pluralista, quer através de

Forças Armadas modernas, quer apoiando os passos principais no que viria a ser um período sensível para Portugal em 1974-76.

A partir deste momento, Portugal dava início à sua integração na esfera de influência norte-americana na Europa Ocidental, permitindo-lhe aceder a compromissos a outros níveis, como o económico, do qual resultou a sua adesão ao Plano Marshall. Com a assinatura do Tratado do Atlântico Norte, a relação entre os Estados Unidos e Portugal alterou-se, os EUA estavam a aumentar a sua influência diplomática sobre o governo português, e Portugal passou a fazer parte do bloco ocidental. No fundo, o governo americano queria tirar proveito deste pacto para renovar a presença das forças norte-americanas na base das Lajes, nos Açores. Este tinha sido, de facto, a principal razão do convite a Portugal para assinar o Tratado do Atlântico Norte, uma questão geoestratégica e o momento mais tenso nas relações entre os dois países. Para entendermos todo as discussões que estiveram por detrás da entrada de Portugal na NATO, temos de recuar uns anos, até 1943, quando tudo começou.

Foi nos períodos das primeira e segunda guerras mundiais que a importância geoestratégica do arquipélago dos Açores se tornou mais relevante. A sua localização permitia o rápido acesso à Europa, África e Médio Oriente, um fator essencial para os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, no confronto com a União Soviética, e um meio de evitar um eventual avanço das potências do Eixo à Península Ibérica. Em 1943, pouco tempo depois da Cimeira de Moscovo, os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética acordaram na necessidade de nova pressão à Alemanha, uma decisão mais tarde confirmada na Conferência de Teerão, pelo que a criação de bases navais e aéreas nos Açores, entre outros recursos, eram fundamentais para a ofensiva contra o nazismo (Rodrigues 2004). A base das Lajes nos Açores representava um ponto de apoio aéreo para projeção de força militar a longa distância, um aspeto que interessava aos EUA, mas que Portugal permitia apenas, e em nome da aliança, a unidades inglesas que se quisessem instalar lá, ao

passo que os americanos só podiam servir-se dela se os seus aviões estivessem em trânsito (Telo 2008).

Com os países aliados perto de vencer a guerra, e com a possibilidade de que a continuação de recusa em conceder a utilização das bases açorianas poderia pôr em causa as colónias portuguesas, Salazar resolve entrar em conversações com o governo norte-americano e, após longas e difíceis negociações, é assinado um acordo entre os dois governos em novembro de 1944, o qual autorizava a utilização das bases dos Açores em tempo de conflito. No entanto, o fim da II guerra mundial, viria pôr em causa este acordo. A partir de 1945, os dois governos iniciam conversações para resolver esta situação e, em fevereiro de 1948, os dois países assinam o Acordo das Lajes, um acordo bilateral de cooperação militar entre Portugal e os Estados Unidos para obtenção de direitos sobre as bases portuguesas em tempo de paz, sujeito a sucessivas renovações. No entanto, o acordo não concedia aos Estados Unidos direitos de permanência no território a longo prazo, o que levou o governo dos EUA a convidar Portugal a aderir à NATO, tal como veio a acontecer em 1949, embora fosse o único país com um regime ditatorial.

Os acordos de permanência norte-americana na base eram renovados periodicamente, sem necessidade de as forças militares se retirarem do arquipélago. No entanto, a partir de meados dos anos 1950, e em especial na Administração Eisenhower, a relação entre os dois países começa a entrar numa fase menos boa, devido à política americana apostada em fazer valer as suas tradições anticoloniais, e preocupada com o comunismo soviético que ameaçava cada vez mais a hegemonia dos Estados Unidos. Em 1954, Portugal precisou do apoio e solidariedade internacional dos Estados Unidos, quando a União Indiana decidiu ocupar os enclaves portugueses de Dadrá e Nagar Aveli, proibindo o acesso às autoridades portuguesas e às forças militares a estas regiões, mas a resposta de Washington não foi a desejada, tal como refere o historiador Rodrigues (2002, 26-27). Esta situação começava a pôr em causa as negociações entre os dois países em relação à

continuação das forças militares norte-americanas na base das Lajes, uma vez que o governo americano se recusava a condenar a atitude da União Indiana, e mostrava indecisão sobre o colonialismo em relação a Portugal. Contudo, em 1957 os Estados Unidos veem renovado o acordo das Lajes e o clima de instabilidade entre os dois países parecia ter desaparecido.

Dois anos antes, em 1955 Portugal aderiu à ONU, iniciando um período de grandes problemas em termos de política externa devido à sua política colonial. Com Eisenhower a tentar não entrar em confronto com Salazar, em dezembro de 1960, num conjunto de votações que ocorreu na Assembleia Geral das Nações Unidas, quando surgiu a questão da condenação do colonialismo (Resolução 1514), os Estados Unidos votaram a favor, mas abstiveram-se quando a votação foi sobre as colónias portuguesas. Uma posição que refletia no fundo, a indecisão do governo dos EUA que defendia as suas políticas para África, de modo a evitar a entrada do comunismo soviético neste continente, apoiando os movimentos de libertação, mas ao mesmo tempo também não queria afastar o seu aliado português, arriscando-se a perder a base dos Açores.

Contudo, foi durante a administração Kennedy que as relações entre Portugal e os Estados Unidos mais se agravaram, devido à reformulação da política externa americana em relação a África. Para o governo português, a preservação do seu império ultramarino era de suma importância, um elemento fulcral da política externa de Salazar desde a segunda guerra mundial, e do qual não estava disposto a abdicar. Neste contexto, mas do lado oposto, surge Kennedy, eleito presidente dos Estados Unidos em 1961, adepto de uma política de revisão do posicionamento americano em relação a África, de modo a estabelecer a sua influência entre as novas nações africanas nascidas da descolonização europeia. África apresentava-se como uma nova fonte de mercado para a indústria americana, com importantes fontes de matérias-primas e, acima de tudo, um valioso ponto geopolítico para a defesa do Ocidente (Rodrigues 2000, 53).

Em abril de 1961, depois da informação da existência de confrontos anticoloniais em Angola, a Assembleia Geral da ONU aprovou a resolução 1603 (XV), que pedia a Portugal a introdução de reformas em relação a Angola, que passariam a definir este país como um território autónomo. Os Estados Unidos votaram a favor desta resolução, contrariando o que tinha vindo a ser usual durante a administração Eisenhower, o voto de abstenção quando a questão era as colónias portuguesas. A tensão entre os dois países era agora mais acentuada e acabaria por piorar ao longo de 1961 e 1962, com o apoio dos Estados Unidos a organizações e líderes nacionalistas africanos, a União dos Povos de Angola (UPA), uma facção pró-occidental, e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), uma facção pró-comunista, fomentando a possibilidade da criação de uma frente de libertação angolana (Rodrigues 2002). Ainda no mesmo ano, e como se não bastasse a situação periclitante entre os dois governos, os Estados Unidos adotam uma nova política no que diz respeito à venda de armas a Portugal, que se traduziu no NSAM 60, e que estabelecia, entre outras determinações, que os EUA não deviam fazer exportações para os dois países envolvidos no conflito, e que deviam encetar todos os esforços para evitar que Portugal disponibilizasse equipamento militar fornecido pela NATO e, a ser utilizado, que o fizesse apenas no âmbito desta organização. Não será de estranhar por isso, que quando o governo português tomou conhecimento que a União Indiana se preparava para levar a cabo uma ocupação militar a Goa, Damão e Diu, e pediu ajuda a Washington para tornar público a sua posição em relação a ataques contra territórios portugueses, tenha encontrado falta de firmeza (Rodrigues 2002, 121).

Durante os anos de 1961 e 1962, a crispação entre o regime de Salazar e a administração Kennedy diminuiu de intensidade, quando Portugal usou do trunfo da aproximação do fim do empréstimo das bases dos Açores aos norte-americanos, em dezembro de 1962, obrigando com Kennedy a escolher a Europa em detrimento de África. Durante a administração de Lyndon Johnson a crispação entre os dois

governos diminuiu ainda mais, principalmente em relação à postura de Portugal face à sua política nas colónias. Apesar do período de calmaria que dominou as relações entre Portugal e os Estados Unidos durante a Administração Johnson, a comunidade internacional continuava a exigir o fim dos territórios ultramarinos portugueses. Este foi o período mais difícil do Estado Novo em termos de política externa, com o regime de Salazar a isolar-se cada vez mais devido à defesa das colónias portuguesas, e que só irá terminar com a queda do regime em 1974.

5. CONCLUSÃO

O resultado da II guerra mundial levou a um confronto maciço soviético-americano a nível económico, ideológico e militar que ajudou a moldar as condições políticas, económicas e sociais de outras nações, em especial na Europa. Os interesses estratégicos, comerciais e políticos dos Estados Unidos em relação aos outros países exigiam que as suas ações fossem, não apenas atrativas e explicadas com precisão, mas também eficazes no combate ao comunismo soviético. Deste modo, mobilizaram toda uma máquina de propaganda, em períodos de guerra, quando a população se encontrava mais fragilizada, e como tal capaz de ser moldada segundo os ideais e valores norte-americanos, e também em período de não guerra, mas obrigando o público estrangeiro a ter de escolher entre dois tipos de ideologia, isto é, entre o capitalismo norte-americano, e o comunismo soviético.

No que diz respeito a Portugal, ao longo do século XX e dentro do contexto internacional, apresentava-se com características únicas. Portugal foi, para referir apenas algumas dessas características, um dos primeiros países com um regime ditatorial, um dos poucos países que não participou na II guerra mundial, permanecendo neutro durante todo o período da guerra, foi uma das primeiras repúblicas europeias, ou ainda, um dos países fundadores da OTAN com uma ditadura. Particularidades que adivinhavam a força da política externa de Oliveira Salazar. Para além da expressão autoritária, presidencialista e antiparlamentar, o

aparelho repressivo e a subordinação da liberdade do povo aos interesses do Estado, causaram grande preocupação em Washington. Para o regime, a preservação do seu império ultramarino era de suma importância, um elemento fulcral da política externa de Salazar desde a II guerra mundial, e do qual não estava disposto a abdicar. De acordo com Pinto (2007, 43), a resistência de Salazar em relação à ocupação das bases do arquipélago dos Açores e os cenários de derrube do regime enquanto arma de arremesso são várias vezes equacionados, sobretudo pelos norte-americanos e só suavizada com o acordo de cedência das bases açorianas aos aliados perante uma administração norte-americana impaciente. A partir deste momento a sobrevivência do regime seria a sua prioridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Corkill, D.; Almeida, J. (2009). Commemoration and Propaganda in Salazar's Portugal: The Mundo Português Exposition of 1940. *Journal of Contemporary History*, 44, 3.
- Ferreira, J. M. (2011). *Os Açores na Política Internacional*. Tinta-da-China
- Paulu, B. (1953). The Smith-Mundt Act: A Legislative History. *Journalism Quarterly*, 300.
- Peña-Rodrigues, A. (2013). Los grandes héroes ibéricos. Salazar, Franco y la Guerra Civil española: prensa y propaganda. *Journal of Spanish Cultural Studies*, 14, 1.
- Pinto, A. C. (2007). O Estado Novo Português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX, em *O Corporativismo em Português, Civilização Brasileira*.
- Roberts, W. R. (2007). What is public diplomacy? Past practices, present conduct, possible future. *Mediterranean Quarterly*, Vol. 18, Issue 4, 36-52. D
- Rodrigues, L. N. (2000). As Negociações Que Nunca Acabaram, a renovação do acordo das Lages em 1962. *Penólope*, 22, 3-70.

- Rodrigues, L. N. (2002). *Kennedy-Salazar: a crise de uma Aliança. As Relações Luso-Americanas entre 1961 e 1963*. Editorial Notícias.
- Rodrigues, L. N. (2004). O debate sobre as origens da Guerra Fria. *Comunicação apresentada no Seminário "As Crises da Guerra Fria na Ásia e na Europa"*, abril de 2010.
- Rollo, M. F. (1994). Portugal e o Plano Marshall: História De Uma Adesão a Contragosto (1947-1952). *Análise Social*, Vol. 29, no. 128, 841-869.
- Rosas, F. (2015). *Salazar e o Poder – A Arte de Saber Durar*. Tinta da China.
- Teixeira, N. S. (2006). Portugal, a Europa e os Estados Unidos: uma perspetiva histórica, em Luís Nuno Rodrigues (orgs.), *Regimes e Império: As relações luso-americanas no século XX*, FLAD/IPRI, 147-162.
- Telo, A. J. (1999). *Os Açores e o Controlo do Atlântico 1898/1948*. Editora Asa.
- Telo, A. J. (2008). *História Contemporânea de Portugal, do 25 de Abril à atualidade*. Volume II, Editorial Presença